O Open Insurance inicia 2026 em um ambiente de maior maturidade institucional, cobrança por resultados concretos e foco na aplicação prática das transformações regulatórias e tecnológicas. Avaliações de especialistas do setor indicam que o momento marca a transição definitiva do discurso para a execução, com atenção redobrada à proteção de dados, à experiência do consumidor e ao fortalecimento do papel do corretor.

Para o presidente do Conselho Consultivo do Grupo MAG Seguros, Marco Antônio Messere Gonçalves, o mercado entra no novo ano mais consciente de sua responsabilidade econômica e social. “O ano de 2026 começa com um mercado de seguros mais consciente do seu papel, mas também mais cobrado. Se 2025 foi um período de preparação e amadurecimento, 2026 tende a ser o ano da aplicação prática dessas mudanças”, afirma.

Segundo ele, a expectativa é que a nova Lei do Seguro passe a produzir efeitos mais claros nas operações. “Contratos, processos, comunicação e relacionamento com o segurado deverão refletir, na prática, os princípios de transparência e equilíbrio que o mercado já assimilou no discurso”, diz, ao destacar que esse cenário exigirá atenção contínua e ajustes permanentes.

No campo tecnológico, Gonçalves avalia que o Open Insurance deve ganhar escala com uma abordagem mais pragmática. “O Open Insurance tende a ganhar escala, conectando dados, serviços e experiências de forma mais integrada. A inteligência artificial deve se consolidar como ferramenta de apoio”, afirma. Ainda assim, ele reforça que a tecnologia não substitui o fator humano. “O diferencial competitivo continuará sendo humano. A tecnologia amplia capacidades, mas não substitui o julgamento, a ética e o relacionamento.”

Nesse contexto, o corretor assume papel central. “O mercado não pede menos corretores, pede corretores melhores preparados”, afirma o executivo, ao destacar que profissionais capazes de educar o cliente e orientar decisões tendem a ser cada vez mais valorizados.

A evolução regulatória também aparece como pilar desse novo momento. O diretor da Newe Seguros, Marcio Julião, avalia que o Plano de Regulação 2026 da Susep representa um avanço institucional relevante. “O Plano de Regulação é um sinal claro de amadurecimento institucional e de maior previsibilidade para o mercado de seguros”, afirma.

De acordo com Julião, a agenda regulatória traz segurança para decisões estratégicas do setor. “Ao estruturar uma agenda regulatória transparente e com prioridades bem definidas, a autarquia oferece ao setor segurança indispensável para decisões de investimento, inovação e crescimento sustentável”, diz. Ele destaca ainda o equilíbrio buscado pela autarquia. “A continuidade da regulamentação das novas leis do setor, combinada com temas como Open Insurance, seguro catástrofe e sandbox regulatório, mostra que a Susep busca equilibrar modernização, proteção ao consumidor e solidez do sistema.”

Na visão do sócio fundador do Dhomo Instituto e especialista em Open Insurance, Genival de Souza e Silva, o debate sobre tecnologia precisa considerar a realidade do corretor de menor porte. “Para o corretor de pequeno porte, o desafio não é virar grande ou disputar espaço com plataformas, mas entender com clareza onde está seu papel e sua relevância”, afirma. Para ele, o avanço tecnológico não elimina a complexidade das decisões. “Tecnologia amplia possibilidades, sim. Mas não substitui leitura de risco, contexto e a capacidade de orientar o cliente.”

A dimensão ética do Open Insurance ganha destaque na análise do primeiro vice-presidente da Fenacor, coordenador do Comitê de Inovação em Seguros da camara-e.net e idealizador do GuiaOpen, Manuel Matos. Ele questiona o modelo de inovação baseado apenas em eficiência. “A inovação em seguros não pode ser tratada como um fim em si mesma. Ela só faz sentido quando preserva e reforça a função original do setor, que é proteger pessoas, patrimônios e relações econômicas”, afirma.

Segundo Matos, no ambiente da economia de dados, o risco se desloca. “Quando dados se tornam insumo estratégico, o risco migra: deixa de estar apenas no evento segurado e passa a existir também no uso, no abuso e na assimetria informacional”, diz. Nesse cenário, ele defende o fortalecimento do corretor. “O corretor não é um obstáculo à inovação; ele é o seu lastro ético e funcional”, afirma, ao destacar o papel do profissional como intérprete da lógica dos dados, guardião do consentimento e mediador entre tecnologia e o interesse real do cliente.

Para os especialistas, o Open Insurance inicia 2026 consolidado como um movimento que vai além da tecnologia. O foco passa a ser a aplicação responsável, com governança de dados, proteção ao consumidor e valorização do corretor, em um mercado mais maduro e consciente do impacto que gera na sociedade.

Fonte: GuiaOpen, em 12.01.2026